



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0070-15 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera o Art. 113, item 14, da Lei Municipal nº 1.599, de 20 de dezembro de 1988, acrescenta sub itens e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterado o Art. 113, item 14, da Lei Municipal nº 1.599, de 20 de dezembro de 1988, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 113. A taxa de prestação de serviços será calculada pela aplicação sobre a UPRM(Unidade Padrão de Referência Municipal), nos percentuais abaixo relacionados:

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

9 - [...]

10 - [...]

11 - [...]

12 [...]

13 - [...]

14 - A taxa da coleta de lixo domiciliar será calculada pela aplicação do percentual da UPRM (Unidade Padrão de Referência Municipal) sobre a área construída, de acordo com os percentuais relacionados abaixo:

<i>a) com área de até 70 m²</i>	<i>40% S/UPRM</i>
<i>b) com área de 71 a 100 m²</i>	<i>65% S/UPRM</i>
<i>c) com área de 101 a 150 m²</i>	<i>70% S/UPRM</i>
<i>d) com área de 151 a 300 m²</i>	<i>90% S/UPRM</i>
<i>e) com área de 301 a 500 m²</i>	<i>120% S/UPRM</i>
<i>f) com área de + de 500 m²</i>	<i>240% S/UPRM”</i>

Art. 2º Ratificam-se as demais disposições constantes na Lei Municipal nº 1.599/1988, não modificadas pela presente alteração.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0070-15, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

J U S T I F I C A T I V A

Srs. Vereadores:

Estamos enviando a Vossas Excelências o projeto de lei que altera o Art. 113, item 14, da Lei Municipal nº 1.599, de 20 de dezembro de 1988 (Código Tributário Municipal), acrescenta subitens e dá outras providências, a fim de obter a indispensável autorização legislativa para proceder ao reajuste do valor da taxa de coleta de lixo domiciliar.

O pedido de reajustamento, formulado pela Secretaria da Fazenda justifica-se, inicialmente, porque o valor da taxa de lixo, cobrada conjuntamente com o IPTU e anteriormente realizada pelo Município através de estrutura própria passou a ser terceirizada e, em razão de o Município não possuir área licenciada para tal fim, o resíduo domiciliar é transportado para o município de Giruá, distante a 350 Km desta cidade, fato que gera o custo mensal de, aproximadamente, R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) mês, ou R\$ 2.280.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta mil reais) ano, desconsiderados os valores relativos à limpeza de praças e vias públicas em geral.

De igual modo, o reajuste ora pretendido é necessário em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município de Itaqui, inclusive, pelo próprio Estado do Rio Grande do Sul, em face das quais, inobstante a reestruturação do planejamento, não se vislumbra a possibilidade de cumprimento de todos os compromissos financeiros com os fornecedores, o que implicaria em descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cumprе destacar, também, que a taxa de coleta de lixo praticada atualmente no município de Itaqui é de R\$ 64,44 (sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) por matrícula, valor que cobre 28,78% do que é gasto para prestar o serviço à comunidade, gerando um déficit da ordem de R\$ 1.327.786,20 (um milhão, trezentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

Por outro lado, importante salientar que a taxa de lixo é fixa e igual para todas as propriedades, sem distinção de tamanho ou capacidade de pagamento, com exceção das vilas populares, fato que, pelo Princípio da Proporcionalidade, deve ser objeto de correção, isto é, taxas diferenciadas em razão do tamanho da unidade habitacional de cada matrícula constante no Cadastro Imobiliário do Município de Itaqui, ou seja, os proprietários de áreas maiores pagariam taxas proporcionais ao tamanho da propriedade, em razão do volume maior de lixo produzido, como forma de prevenir desigualdades na imposição a exação.

Anexa-se, como parte integrante do presente projeto de lei, um comparativo dos valores cobrados pelos municípios da região, e a forma da cobrança sugerida para o Município de Itaqui, com os cálculos tomando-se por base de cálculo as faixas de área construída, os percentuais da UPRM cobrados atualmente, os novos valores previstos, e a arrecadação prevista.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

As taxas, a teor do disposto no Art. 77 do CTN, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição, encontrando-se prevista, também, no Art. 9º, II, da Lei Orgânica do Município de Itaqui.

Em razão do Princípio da Legalidade Tributária, disposto no Art. 150, I, da Constituição Federal de 1988, é *vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça*, sendo verdadeira garantia fundamental do contribuinte.

De igual modo, importante destacar que, em razão do Princípio da Anterioridade do Art. 150, III, “b”, da Constituição, é *vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os houver instituído ou aumentado*.

Na mesma seara, o Princípio da Anterioridade dos Noventa Dias, previsto no Art. 150, III, “c”, da Constituição Federal dispõe sobre a vedação *à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou*.

A Lei Orgânica do Município de Itaqui trata das disposições e vedações acima referidas no Art. 10, I, III, “b” e “c”.

Estas, as razões que justificam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito